

CONJUNTOS URBANOS TOMBADOS NO CEARÁ:

A atribuição de valor de testemunho histórico como uma
escrita do patrimônio (1978-2003)

Daniel Barreto Lopes¹

Artigo recebido em

Artigo aceito em. 11/01/2022.

RESUMO:

O artigo analisa a utilização da escrita da história como atribuição de valor de testemunho histórico relacionado a conjuntos urbanos patrimonializados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN no Ceará. Partindo dos pareceres do conselho consultivo do IPHAN que ratifica a patrimonialização a nível nacional, temos como objetivo principal apontar caminhos na compreensão do processo de patrimonialização de conjuntos urbanos no estado do Ceará, entre os anos de 1978 a 2003, em sua relação com uma escrita da história baseada numa atribuição de valor de testemunho histórico. Dessa maneira, o recorte e tema nos traz reflexões sobre como a escrita da história foi instrumentalizada como forma de produção e visualização do passado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Escrita; História.

PATRIMONIALIZED URBAN CONJUNCTS IN CEARÁ: the attribution of
historical testimony value as a heritage writing (1978-2003)

ABSTRACT:

The article analyzes the use of the writing of history as an attribution of value of historical testimony related to urban ensembles patrimonialized by the Instituto do

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará-UFC e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória-GEPPM. Atualmente atua na Diretoria de Patrimônio e Documentação da Marinha-DPHDM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1817120747682426>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7287-6309>. Email: danielblopes18@gmail.com

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN in Ceará. Based on the reports of the IPHAN consulting board that ratifies the patrimonialization at the national level, our main objective is to point out ways in the understanding of the process of patrimonialization of urban complexes in the state of Ceará, between the years 1978 to 2003, in its relationship with a writing of history based on an attribution of historical witness value. In this way, the article cuts and theme brings us reflections on how the writing of history was instrumentalized as a form of production and visualization of the past.

KEYWORDS: Heritage; Writing; History.

1. Introdução

Atento sobre os usos do passado na contemporaneidade, o presente artigo aborda os modos de utilização da escrita da história sobre os vestígios do passado transformados em patrimônio nacional.

Por meio de trabalhos técnicos do tombamento², elaborados no âmbito federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, o estudo do processo de patrimonialização de Conjuntos Urbanos, no caso, das cidades cearenses de Icó, Sobral e Viçosa do Ceará, insere-se em um projeto pautado na representatividade nacional.

Trabalhos de pesquisa e documentação de conjuntos urbanos, tornados documentos históricos de interesse nacional, gira em torno de aportes historiográficos representativos dos ciclos econômicos da cana-de-açúcar, ouro, café, borracha, além da monumentalidade arquitetônica dos traçados urbanos coloniais.

Como “testemunhos” da formação sociocultural do povo brasileiro e dos diversos elementos culturais, esse “passado visualizado”, como nos Guimarães (2007), implica

² O IPHAN foi formalmente criado em 1937, quando da reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública no contexto do Governo de Getúlio Vargas. Em 1937 foi publicado o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro, instituindo assim os Livros do Tombo e a prática do “tombamento”, visando a proteção de lugares históricos, objetos, monumentos, obras de arte e vestígios materiais para classificação, catalogação e proteção.

tanto numa narrativa escrita sobre eventos pretéritos (que supõe do leitor uma imaginação do que está sendo narrado) como também num projeto de patrimonialização desse mesmo passado em instituições que dão suporte a esta visualização (GUIMARÃES, 2007, p.12).

O trabalho propõe assim reflexões acerca dos investimentos de patrimonialização como exercícios reguladores de memórias, viabilizados por meio da escrita da história, e de como o passado é apreendido e sentido.

O recorte temático proposto, conjuntos urbanos tombados no Ceará entre 1978 a 2003, sendo eles: Icó, Sobral e Viçosa do Ceará, bem como sua atribuição de valor de testemunho histórico como uma escrita histórica do patrimônio, busca trazer reflexões sobre os significados dos processos de patrimonialização e de como a escrita da história foi instrumentalizada como forma de produção de conhecimento.

Narrativas que dão suporte às visualizações do passado por meio da patrimonialização estão inseridas numa ordem temporal aonde os vestígios culturais remanescentes se inserem no contexto contemporâneo do “dever de memória”, ou seja, o imperativo da preservação num presente estendido

...tanto em direção ao futuro quanto ao passado. Em direção ao futuro: pelos dispositivos da precaução e da responsabilidade, pela consideração do irreparável e do irreversível, pelo apelo à noção de patrimônio e a de dívida, que reúne e dá sentido ao conjunto. Em direção ao passado: pela mobilização de dispositivos análogos” (HARTOG, 2013, p.258).

Esse “duplo endividamento”, tanto em relação ao passado quanto ao futuro, marca a experiência contemporânea das políticas de patrimônio no mundo ocidental. Concordamos que dois tipos de interesse social e político pela defesa do patrimônio marcam os atuais interesses das políticas de patrimônio:

De um lado, eles participam das configurações da legitimidade cultural, das reflexões sobre identidade e sobre as políticas de interesse social, em suma, as novas modalidades de cidadania [...] por outro lado, o seu uso como instrumento é frequentemente decisivo para o desenvolvimento local ou nacional, em razão da importância do turismo e das práticas mercadológicas do saber e do lazer nos países marcados pela mundialização e pela metropolização (POULOT, 2015, p. 59-60)

Nesse sentido, a visualização e exposição do passado alinha-se com demandas tanto socioeconômicas quanto identitárias, influenciando projeções progressistas de futuro.

O trabalho analisa, fontes históricas, pareceres de membros do Conselho Consultivo do IPHAN acerca de três Conjuntos Urbanos tombados do Ceará, inseridos no Volume I do livro/coletânea *Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos*, organizados pelo professor Nestor Goulart Reis Filho e pela arquiteta Anna Eliza Finger.

O trabalho não busca esgotar as perspectivas de análises de ações de tombamento de Conjuntos Urbanos. Trazemos aqui um olhar específico, delimitado e representativo da operacionalização da escrita da história como valor de testemunho histórico.

Os pareceres aqui nos são fontes preciosas. A partir do esforço do IPHAN em publicar seus acervos documentais, incluindo aí os processos de tombamentos, caminhos de pesquisa alinhado com tais fontes oriundas são importantes chaves de leitura.

2. Problematização

O que faz com que o Conjunto Urbano de uma determinada cidade seja investido de um valor histórico? A atribuição desse valor demanda de uma vontade de preservação, daquilo que está sendo objeto de identificação e reconhecimento, tanto por parte de técnicos institucionais quanto pela própria comunidade.

No entanto, há critérios de seleção que são observados e selecionados. A atribuição de valor é por natureza um ato classificatório, um valor de diferenciação em que se qualifica e potencializa uma parte do processo histórico presente na sociedade.

Em se tratando de cidades, apenas um conjunto arquitetônico e urbanístico remanescente é valorado por suas diversas temporalidades históricas (transformações do traçado urbano original), formando uma paisagem urbana preservada dentro de um “perímetro” de tombamento.

Assim, a problemática de pesquisa pauta-se também na análise de como a atribuição de valor de testemunho histórico foi incorporada na escrita do patrimônio, juntamente com outros valores: arquitetônico, artístico, econômico, paisagístico etc.

Compreendemos assim o processo de patrimonialização de Conjuntos Urbanos no Ceará como uma construção social, ou seja, investimentos de identidades coletivas a partir de uma escrita da história.

O *modus operandi* dos tombamentos baseia-se essencialmente na instrumentalização escrita da história como ferramenta de tessitura de narrativas e “enquadramento” de memórias”, uma “projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 2).

Fundamentada no discurso de resgate da identidade nacional, o enfoque nas dinâmicas identitárias é pertinente pois a patrimonialização de Conjuntos Urbanos no território cearense traz em seu escopo uma demanda de representatividade regional ao “estoque patrimonial” do IPHAN. No final da década de 1990 e início da década de 2000,

O IPHAN retoma mais uma vez a política de ampliação da representatividade de estados e regiões ainda pouco presentes no panorama dos bens tombados no país, buscando ‘nivelar’ o número de tombamentos por regiões e estados” (LOPES, 2019, p.48).

Colocando o território cearense como objeto de estudo, selecionado a partir de três de seus conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, problematizo assim a

escrita do patrimônio do sertão cearense e seu processo de atribuição de valor de testemunho histórico.

Para embasar uma determinada identidade nacional ao território do sertão cearense, foi instrumentalizado a historiografia do processo de conquista, colonização e urbanização do território dos antigos caminhos e fazendas de criação de gado, que geraram as primeiras vilas coloniais sertanejas, contextualizado espacialmente a partir do mapa abaixo.

Figura 1: Caminho das Boiadas Mapa que mostra o “caminho das boiadas”: antigas estradas que ligavam as vilas do Ceará e os caminhos que passavam o gado e as charqueadas



Fonte: exposição *Vaqueiros*, Museu da Cultura Cearense (MCC), Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultural (CDMAC).

O mapa acima ilustra exemplarmente o território cearense tombado a partir das antigas vilas fundadoras dos primários núcleos urbanos nos sertões. O valor histórico desses Conjuntos Urbanos integra-se assim ao estoque patrimonial do IPHAN pela sua capacidade de “testemunhar” os vestígios materiais remanescentes da conquista do território pela interiorização dos sertões.

3. O valor de testemunho histórico

A síntese discursiva e a tessitura narrativa, crucial para a operacionalização do conceito de patrimônio, é agenciada aqui a partir da ideia de testemunho, isto é, a consagração da herança cultural entre a vida e a morte, entre a memória e o esquecimento.

A ideia de testemunho perpassa toda a trajetória institucional do IPHAN. Marisa Veloso (2018), em seu livro *O Tecido do Tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan*, estudando o início dos trabalhos do IPHAN³, tendo à frente Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade dentre outros⁴, assinala que “os membros da Academia [IPHAN] precisavam reter testemunhos de uma história, pois era forte o sentimento de que o tempo escoava” (VELOSO, 2018, p.410). No contexto de uma ideologia de nacionalismo e busca pela construção de uma identidade nacional, os tombamentos se voltam para uma seleção de bens culturais testemunhas de uma tradição que se deseja legitimar.

³ Em 2022 celebra-se no Brasil o centenário da Semana de Arte moderna de 1922, evento que simbolizou uma revisão artística e literária de intelectuais engajados em “redescobrir” o Brasil através do resgate das tradições genuínas da formação do povo brasileiro. Concebido e estruturado por intelectuais ligados ao movimento modernista, o conceito de tradição foi estruturante de uma produção artística que se queria ao mesmo tempo universal e local (nacional).

⁴ Trabalharam ainda personalidades como Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Manuel Bandeira, Paulo Tedim Barreto, Paulo Werneck, Renato Soeiro, Silvio de Vasconcelos, Luís Saia, entre outros. Participaram ainda como colaboradores nomes nacionais e internacionais como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Joaquim Cardoso, Germain Bazin, Hannah Levy, e Robert Smith.

É concebido assim uma proteção de bens culturais relacionados ao período colonial em todo o Brasil, com destaque para Minas Gerais e seus Conjuntos Urbanos (Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Tiradentes, ente outros), onde produziu-se uma arquitetura e arte barroca, autenticamente brasileiras.

Como símbolos emblemáticos da nação brasileira, as cidades mineiras tombadas representam para o Iphan, naquele período, o polo irradiado civilização e cultura: “daí o grande apelo para salvar o passado de sua ruína. Era preciso transformá-lo em tradição, rumo ao futuro, que tanto quanto o passado deveria ser original” (VELOSO, 2018, p.240).

Sendo, basicamente, “o valor artístico do bem, e secundariamente, seu valor de testemunho, que justificavam os tombamentos.” (FONSECA, 2005, p.169), foram tombados ainda diversos monumentos religiosos (católicos), Casas de Câmara e Cadeia, Palácios, Conjuntos Urbanos formados no período colonial, obras de arte (com destaque para peças sacras), além de alguns monumentos naturais representantes das belezas naturais do país.

O livro *Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*, de Márcia Chuva (2009), nos traz análises interessantes no que tange a distribuição geográfica dos bens tombados. Entre 1938 a 1946, “os estados em que houve maior concentração de tombamentos: Rio de Janeiro (20,14%), Bahia (13,19%), Pernambuco (9,11%) e Minas Gerais (5,28%)” (CHUVA, 2009, p.211).

Nesse contexto, o tempo originário da nação (período colonial) e sua arquitetura colonial em sua forma mais acabada, o barroco, liga-se à atribuição de valor histórico do processo civilizatório brasileiro concernente ao desenvolvimento da civilização material no Brasil.

Aos bens culturais, foram atribuídos principalmente valores artísticos e históricos, testemunhas representativas da nação, apreciadas em sua materialidade como reveladoras da nação.

Ao atribuir valor histórico como testemunho, se atribui também uma mensagem político-ideológica para as gerações futuras, também entendida aqui como uma “função monumental”. A função dos Monumentos é evocar o passado e perpetuar a memória. Dessa forma, concordamos com Catroga (2010, p.173), quando relacionamos patrimonialização como uma cadeia de filiação identitária capaz de integrar indivíduos em nome de um patrimônio (espiritual e material) comum.

O processo patrimonialização se encarrega de invocar o passado como ato regenerador, ou seja, “ao unificar recordações pessoais ou memórias coletivas, constrói e conserva uma unidade que domestica a fluidez do tempo num presente que dura” (CATROGA, 2010, p.173).

A mensagem monumental/patrimonial, assim, é a de transmitir a gerações vindouras uma filiação identitária a partir da ligação entre culto cívico aos mortos e espaços de memórias. Criando assim sentimentos de pertença e continuidade histórica, os “monumentais” Conjuntos Urbanos tombados constroem um dispositivo moral e cívico de cidadania: honrar o passado como fonte exemplar e oficial, diluindo as diferenças sociais e culturais em torno de uma coletividade comum.

4. Análise dos pareceres

Passamos assim a pensar qual o lugar do Ceará e da “cearensidade” na tessitura da unidade patrimonial do IPHAN, bem como no bojo da cultural brasileira. A partir da análise dos pareceres, como maneira de efetivar o objetivo do

artigo, destaco como a escrita do patrimônio, baseada numa atribuição de valor de testemunho histórico, é, em grande medida, um exercício de escrita da história permeada por esforços de enquadramento de memória.

Conforme o arcabouço teórico esboçado acima, chegamos à análise dos pareceres concernentes aos processos de tombamentos⁵ de Icó (1978-1998), Sobral (1997-1999) e Viçosa do Ceará (2002-2003), buscando apreender como a escrita da história se articula com o modo de operacionalização do patrimônio a partir da ideia de valor de testemunho.

A historicidade da prática conceitual, juntamente com o acúmulo de experiência no campo de atuação do IPHAN em relação aos tombamentos de Conjuntos Urbanos, tem proporcionado um acúmulo de experiência e subsídios para abordagens tangentes à

compreensão da história da urbanização e interiorização do Brasil pela interação entre ambiente urbano e território; ênfase nas diversas transformações do traçado urbano original e as diversas temporalidades arquitetônicas congruentes na paisagem urbana histórica. (LOPES, 2019, p. 49).

O IPHAN expandiu, assim, seu “estoque patrimonial” através da representatividade do território brasileiro, integrando as regiões a partir de uma tessitura narrativa ligada ao processo de conquista, colonização e urbanização do território brasileiro.

⁵ Os processos de tombamentos os conjuntos urbanos do Ceará citados estão classificados no banco de dados do IPHAN na seguinte descrição:

- IPHAN. Processo nº 968-T-78 - Icó, Ceará: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento digitalizado.
- IPHAN. Processo nº 1379-T-97 – Sobral, Ceará: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento digitalizado
- IPHAN. Processo nº 1496-T-02 – Viçosa do Ceará, Ceará: Trecho Urbano. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado.

Não obstante, os Conjuntos Urbanos ligam-se a uma “visão de conjunto arquitetônico e urbanística de forma homogênea, ou seja, por terem ficado à margem de processos de crescimento e adensamento urbano” (LOPES, 2019, p.49).
Desse

modo, em meio à comemoração dos 60 anos do IPHAN, foi concluído o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó.

Em reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, em 2 de dezembro de 1997, o relator Angelo Oswaldo de Araújo Santos aponta que a data é significativa, pois, assim como as principais vilas fundadoras de Minas Gerais,

Icó talvez seja a última dessas vilas reais que balizaram a interiorização do Brasil a chegar às portas do século XXI da mesma forma como se encontravam, antes do meado de nosso século, suas congêneres já tornadas patrimônios do povo brasileiro, isto é, com uma integridade quase encantada (SANTOS, 2017, p. 121).

O tombamento de Icó descrito pelo relator liga-se não só aos primórdios “heroicos” do IPHAN, mas enfatiza que sua autenticidade histórica é representativa da “interiorização” do Brasil.

Tal interiorização, referente à cidade de Icó, também está ligada à monumentalidade e ao desenvolvimento civilizatório na região da ribeira do Jaguaribe, onde destaca-se o “esplêndido acervo urbano” de Icó:

A autenticidade, a originalidade e a homogeneidade de seu conjunto nos remetem aos primórdios do Patrimônio, àquele princípio heroico dirigido com lucidez e coragem por Rodrigo Melo Franco de Andrade, pois estou certo de que praticamos agora um ato semelhante aos que inscreveram nos Livros de Tombo as cidades que começaram a configurar esse esplêndido acervo urbano que hoje se acha classificado no país (SANTOS, 2017, p. 121).

o Teatro da Ribeira dos Icós, construído em 1860, ilustrado na imagem abaixo, faz arte do perímetro de tombamento de Icó e exemplifica a arquitetura civil “esplêndida” de Icó, que, segundo a relatoria,

Em 1976, o arquiteto José Liberal de Castro pedia ao diretor do Iphan, Renato Soeiro, o tombamento do Teatro Municipal de Icó, interessante prédio neoclássico, projeto do médico francês Pedro Théberge, levando a consultora Lygia Martins Costa a se pronunciar no sentido de que tal

medida aguardasse o tombamento prévio do conjunto urbano, que seria proposto pelo arquiteto Silva Telles (SANTOS, 2017, p. 121).

Portanto, junto às reflexões em torno do processo de tombamento como conjunto urbano, também o Teatro da Ribeira dos Icós foi objeto de identificação e reconhecimento por parte do IPHAN.

Em estilo neoclássico, o Teatro da Ribeira dos Icós compõe um dos teatros-monumentos existentes no Ceará, juntamente com o Teatro São João, em Sobral-CE, e o Theatro José de Alencar, em Fortaleza-CE.

A monumentalidade do Teatro, assim como o traçado urbanístico e arquitetônico de seu entorno. Era importante, para o tombamento de Icó, apontar elementos culturais associados ao desenvolvimento econômico e material no sertão cearense.

Figura 2: Teatro da Ribeira dos Icós



Foto de José Paulo Lacerda. Fonte; Acervo Iphan.

Para uma análise comparativa, os estudos realizados por Jucá Neto (2014) sobre o processo histórico de implantação de normativas urbanísticas das vilas cearenses de Nossa Senhora da Expectação do Icó nos apontam para os fatores condicionantes do lugar na implantação do traçado urbanístico:

Diante do pouco investimento tecnológico e de capital [devido à baixa capacidade de acumulação de economia da atividade pecuarista colonial se comparado com o litoral açucareiro, com a zona de mineração e o sul da Colônia. Além disso, a maior parte dos lucros da atividade pecuarista da capitania cearense era transferida para a Capitania de Pernambuco, a qual o Ceará ficou anexo até 1799], as vilas do Ceará apresentaram uma forma atípica ao idealizado no século XVIII para os demais núcleos criados no período em território brasileiro. Mesmo com as cartas régias apontando para o planejamento da vila em sua estrutura global, associando-o ao ideal de beleza setecentista – ou seja, a centralidade da praça, a regularidade dos traçados, a valorização do papel das fachadas e a adoção de modelos arquitetônicos uniformes – as condições locais transgrediram o ideal propagado pela Coroa, por um movimento de reação àquilo que ainda não lhe era próprio. (JUCÁ NETO, 2014, p. 377-378).

Distante dos grandes centros econômicos e diferenciando-se dos modelos arquitetônicos e urbanísticos homogêneos e idealizados, destaca-se no tombamento de Icó justamente o ideal de beleza setecentista, juntamente com os vários planos urbanísticos que foi se projetando ao longo do tempo no espaço urbano, cuja característica principal não é a homogeneidade, mas a presença de todos eles em um espaço público que se pretendia uniforme.

O processo de tombamento de Icó, que estava arquivado por vinte anos (desde 1974), veio então “merecer a atenção tanto da direção central do Iphan quanto da 4ª Coordenação Regional, no estado do Ceará” (SANTOS, 2017, p.123) e consagrar a historiografia dos antigos caminhos sertanejos do Ceará, conservando-a “como um marco fundamental da cultura de seu povo, do Ceará, do Nordeste e do Brasil” (SANTOS, 2017, p. 123).

O mesmo relator ratifica o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Sobral, em reunião do Conselho Consultivo do dia 12 de agosto de 1999.

Começa enfatizando primeiramente o avassalador cenário urbano em que se insere os núcleos urbanos dominada pela especulação imobiliária e pela expansão agressiva do tecido urbano, cenário este sujeito a violentas alterações paisagísticas, urbanísticas e arquitetônicas,

Torna-se extremamente significativo, melhor dizendo, excepcional e exemplar, como devem ser as providências tomadas pelo Iphan, que se possa conferir a uma cidade como Sobral os instrumentos de salvaguarda com que se protejam a sua identidade histórica e cultural e o meio ambiente urbano, assegurando-se à cidade o direito de crescer disciplinadamente, em harmoniosa sintonia com o notável patrimônio que sua parte central compreende (SANTOS, 2017, p. 126).

A identidade cultural e urbana do povo cearense de Sobral, assim, corre perigo diante do vertiginoso crescimento demográfico. É significativo nas narrativas dos pareceres o “espanto” pelo lapso temporal em que tais conjuntos urbanos ficaram sem ter seus tombamentos realizados.

O discurso está fortemente alinhado entre descaracterização e perda da identidade cultural: “um dos mais graves fenômenos deste último quartel do século XX é constituído pela avassaladora descaracterização dos espaços urbanos, transformados violentamente pela perda de identidade cultural” (SANTOS, 2017, p. 125).

É no perímetro estabelecido para o tombamento de Sobral, que abrange o casario, sobrados, igrejas e prédios públicos, que reside sua importância do ponto de vista histórico, artístico e cultural, espelhado pela “diversidade dessa riqueza comum que é o patrimônio cultural dos brasileiros” (SANTOS, 2017, p. 126).

A mutilação de edifícios históricos presentes no conjunto urbano de Sobral, que o parecerista chama de “violência estética” (SANTOS, 2017, p.126), serve de alerta, mas também uma forma de justificar o tombamento, uma vez que “o casario se acha em estado razoável e sua adequação às normas patrimoniais não parece, pelo que se constata no processo em exame, impor graves problemas, senão soluções de certa forma fáceis e rotineiras” (SANTOS, 2017, p. 127). O relator deixa claro que o uso

do patrimônio edificado, adequando às normas patrimoniais, propicia a preservação da identidade cultural.

O Museu Dom José Tupinambá, ilustrado abaixo, instalado num edifício oitocentista construído em 1844, guarda um rico acervo que contempla a memória de Sobral e dos municípios norte-cearenses. Tal prédio histórico exemplifica o objetivo do tombamento na visão do relator: “valorização das áreas urbanas que retratam, de modo mais autêntico e profundo, a saga do estado, a rica história do Nordeste e a força cultural do Brasil” (SANTOS, 2017, p. 127).

Figura 3 - Museu Dom José Tupinambá, Sobral-CE.



Foto de Alexandre Veras de Freitas. Fonte: Arquivo Iphan, s/d.

A narrativa histórica segue também a valorização que foi feita dos processos históricos, como os da estrutura econômica – os famosos ‘ciclos’ econômicos, aqui no caso o das antigas fazendas oriundas da civilização do couro⁶:

Nascida de um povoado setecentista surgido nas terras de uma fazenda, cresceu a Vila Distinta e Real de Sobral pelo privilégio de se achar, junto ao rio Acaraú, no entroncamento de caminhos que ligavam Pernambuco ao Piauí e Maranhão. Contrariamente a Icó e Aracati, traçadas segundo as normas das cartas régias, Sobral possui desenho urbanístico espontâneo

⁶ A expressão “civilização do couro” é atribuída ao historiador cearense Capistrano de Abreu, que aponta o processo de conquista e de colonização do Nordeste, especialmente o Ceará e suas vilas do sertão das ribeiras, associada às fazendas de gado, seja como pontos de travessia que se interligavam por todo o sertão e serviam de hospedagem para os pastores de gado que iam abastecer o interior e comercializar charque e couro, seja como o desenvolvimento de uma cultura material baseada na criação do gado e de seus derivados, principalmente o couro, utilizado na fabricação de utensílios domésticos e ofícios de trabalho dos “vaqueiros”.

e irregular integrado ao traçado rígido e ortogonal mais tarde adotado à volta do núcleo de origem. As edificações de interesse contam-se em número compatível com uma demanda de tombamento federal (SANTOS, 2017, p. 127).

Expressão singular do Ceará representativa do fenômeno da urbanização brasileira, Sobral tem sua força demonstrada no valor de testemunha daquilo que foi de mais “genuíno, autêntico e profundo” acerca da saga da interiorização no sertão cearense: a heroica civilização do couro como fenômeno singular da urbanização brasileira.

Por último, temos o processo de tombamento do Trecho Urbano de Viçosa do Ceará, cujo relator do Conselho Consultivo foi o arquiteto cearense José Liberal de Castro, realizado em reunião no dia 14 de agosto de 2003.

Através do parecer, compreende-se o perímetro tombado pelo entorno da praça Clóvis Beviláqua, onde se localiza a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Assunção, acrescido de trechos de ruas adjacentes, foi valorado como testemunho histórico.

Localizada nas encostas ao norte da Serra da Ibiapaba, o relator ressalta as raízes históricas das primeiras tentativas de estabelecimento de núcleos urbanos na região, ligada inicialmente às rotas jesuíticas e as primeiras tentativas de colonização da “Serra Grande” e o estabelecimento de um aminho para as boiadas vindas dos sertões do Piauí.

A paisagem urbana da Viçosa do Ceará é valorada pelo IPHAN, sobretudo, por sua historicidade, “absorvendo as mutações arquitetônicas impostas pelos grandes centros, reproduzidas consoante o entendimento formal das mensagens e aplicadas de acordo com as necessidades e as possibilidades do momento” (CASTRO, 2017, p. 131).

Tal acervo arquitetônico relativamente novo é realçado pela atribuição de valor de testemunho histórico, passado distante e quase “imperceptível”:

o tombamento justifica-se fundamentalmente como um meio de realçar a cidade em si, dado o peso de sua significação histórica e urbana, embora o atual acervo arquitetônico viçosense pouco ou nada tenha a ver objetivamente com as fases distantes do seu passado (salvo em reduzidas partes da Igreja Matriz). (CASTRO, 2017, p. 133).

Viçosa do Ceará é patrimonializada assim pelo aspecto de antiguidade de sua história, estando ali a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção como testemunha e principal bem cultural a ser preservado, sendo uma das mais antigas igrejas cearenses.

Construída por jesuítas e indígenas, é em torno dela que foi se formando o núcleo urbano histórico de Viçosa do Ceará, iniciada pelas incursões jesuíticas e seus respectivos aldeamentos pelo território cearense durante os séculos XVII e XVIII.

Figura 4: Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção, Viçosa do Ceará



Fonte: foto de Rafael Viana Mendes, 2021.

Tomando a Igreja Matriz como símbolo maior e marco fundador da cidade, na visão do relator, baseada sobretudo no processo de escrita o tombamento como um todo,

o primeiro e ponderável argumento em favor do tombamento da área definida pela 4a Superintendência Regional do Iphan repousaria na necessidade de se preservar um quadro de valorização da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, monumento de valor histórico e artístico de expressão nacional. (CASTRO, 2017, p. 133).

A diversidade de estilos arquitetônicos que orbita em torno da praça elevada da Igreja Matriz também identificada como significação histórica pelo seu valor urbanístico e uma certa “homogeneidade volumétrica” de certos trechos urbanos, como mostrada na imagem abaixo.

Figura 6 – Casario do Entorno da Praça Clóvis Beviláqua, Viçosa do Ceará.



Fonte: foto do autor, 2021.

Assim, caudatário à Igreja Matriz, vislumbram-se trechos arquitetônicos e urbanísticos, identificados na documentação apresentada ao Conselho Consultivo e ratificados pelo relator:

O acervo arquitetônico viçosense, em particular na área selecionada, mantém homogeneidade volumétrica, mas não formal, pois, como assinalado, as edificações ora acusam os modismos das épocas em que foram erguidas, ora denunciam reformas “atualizadoras”. (CASTRO, 2017, p. 139).

Tal identificação de trechos urbanos estabelece uma demanda de proteção, enfatizada pelo relator, recomendando aos arquitetos e colaboradores a “recomposição arquitetônica e paisagística da área tombada” (CASTRO, 2017, p. 139).

Finalizando assim a análise dos pareceres⁷, os três Conjuntos Urbanos selecionados aqui nos dão uma mostra de como a tessitura narrativa que justifica as motivações para o tombamento revelam-nos indícios da presença da atribuição e valor de testemunho histórico.

A verificação de tal tese, como uma escrita do patrimônio, referente aos conjuntos urbanos tombados no Ceará entre 1978 a 2003, está intrinsecamente ligada à autenticidade, originalidade e a ideia de monumentalidade de seu conjunto urbano, tido como “documento histórico” a ser preservado para as gerações presentes e vindouras.

Capitaneado pela potencialidade historiográfica de ligar-se territorialmente aos demais interiores urbanos do Brasil, percebe-se como foi construído o esforço de expansão patrimonial e redimensionamento da presença do IPHAN em todo o país, com a retomada dos trabalhos em estados até então pouco representados, como o Ceará.

Pelos pareceres, vislumbramos a seleção de parte de um território cearense, tido como patrimônio nacional acerca da saga da interiorização do Nordeste do Brasil, testemunhas da singular urbanização dos sertões cearenses.

5. Considerações finais

São elencados assim, nos pareceres, testemunhas materiais da urbanização dos sertões cearenses, como Igrejas setecentistas, teatros, sobrados, além do casario histórico que oferece valor histórico e paisagístico.

⁷ Dos Conjuntos Urbanos tombados no estado do Ceará, faltou na coletânea apenas o referente parecer do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Aracati-CE, patrimonializado no mesmo contexto das três cidades aqui estudadas.

Há ainda muito a ser identificado como patrimônio cearense. Pegando um exemplo, dentro do escopo do patrimônio edificado, temos as típicas casas de fazendas do interior do Ceará, que urgem uma maior identificação e catalogação.

A atribuição de valor de testemunho histórico carrega em si potencial de produção de conhecimento que vem alimentando as práticas de preservação do patrimônio no Brasil. O patrimônio cultural estudado aqui é entendido como uma construção de narrativas portadores de uma memória coletiva e identidade nacional.

Nesse entendimento, é o próprio Conjunto Urbano tombado que carrega intrinsecamente o valor cultural, agregando valores como excepcionalidade arquitetônica, monumentalidade, as qualidades estéticas urbanísticas, os caminhos e fazendas e os sítios históricos representativos do processo de conquista, colonização e urbanização do sertão cearense.

A atribuição de valor de testemunho histórico, assim, é essencial para o entendimento da historicidade das políticas de patrimônio no Brasil, bem como o entendimento do surgimento de novas abordagens. Seu processo está ligado a relações contextuais de cada momento histórico, resultados de consensos e disputas de memórias.

Sobre indicativos de fontes, há um vasto escopo documental necessitando ser explorado. No *corpus* documental referente aos processos de tombamentos, além dos pareceres técnicos do Conselho Consultivo do IPHAN, destacam-se: os pareceres técnicos dos solicitantes do tombamento, que prestam informações descritivas das características físicas do bem cultural e levantamento primário das fontes locais pesquisadas e os pareceres técnicos do IPHAN, elaborados com técnica discursiva propositiva e argumentativa, considerando as descrições técnicas e aspectos jurídicos do tombamento, identificando os valores culturais.

As atas das reuniões do Conselho Consultivo para a efetivação do tombamento dos conjuntos urbanos do Ceará também são consideradas como fontes

importantes, constado também no conjunto do processo de tombamento. Tais atas de reuniões do Conselho Consultivo resultam debates e discursos importantes que denotem processos de atribuição de valor aos Conjuntos Urbanos.⁸

Os pareceres, uma pequena parte de um processo de tombamento, nos aponta que há muitas questões a serem exploradas em futuras e possíveis pesquisas. Quem os escreve, intelectuais de instituições públicas e privadas e representantes indicados pelo próprio IPHAN, utiliza uma historiografia patrimonial consagrada, seja nos aportes dos grandes ciclos econômicos constituintes da formação do território brasileiro, seja pela atribuição de valor histórico do desenvolvimento da civilização material no Brasil que conformou compreensão da história da urbanização e interiorização do Brasil.

Os pareceres nos apontam acerca da questão da representatividade nacional dos conjuntos urbanos tombados no Ceará à luz do valor histórico de testemunho dos processos de ocupação dos sertões. Tais pareceres nos dão indícios também de outras atribuições de valores, tais como: valores simbólicos, valores afetivos, valor econômico, valor turístico, valor arquitetônico, valor monumental, valor artístico e valor paisagístico.

Contudo, enfatizamos a centralidade do valor de testemunho histórico como agenciador e aglutinador de outros valores, que subsidia a escrita do patrimônio das cidades históricas cearenses destacadas no presente artigo.

Assim, identifico essa forma de escrita do patrimônio como uma retórica do IPHAN, que atribui valor histórico aos conjuntos urbanos cearenses com o objetivo de interligá-los com a representatividade nacional buscada ao longo de sua trajetória institucional.

⁸ As Atas das reuniões do Conselho Consultivo, bem como outros documentos, estão disponíveis digitalmente no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/>.

Finalizando, o presente trabalho busca sobretudo contribuir com os estudos históricos do campo do patrimônio cultural no Brasil, em especial a utilização da escrita da história nos processos de patrimonialização, ligado aos usos do passado na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

CATROGA, Fernando. O Culto dos Mortos como uma Poética da Ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, 2010 p. 163-182.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009.

CASTRO, José Liberal de. **Trecho Urbano de Viçosa do Ceará**. In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). *Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos*. Brasília: IPHAN, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Vendo o Passado: representações e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2007, p. 11-30.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Heranças Medievais Portuguesas no Traçado das Vilas de N. As. Da Expectação do Icó e de S. Cruz do Aracati. In.: **Cultura, Políticas e Identidades: Ceará em perspectiva**. Organização Igor de Menezes Soares; Ítala Byanca Morais da Silva. Fortaleza: Iphan, 2014.

LOPES, Daniel Barreto. **A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Tombados Face a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan (2006-2012)**. 2019. Dissertação de Mestrado apresentada no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural-PEP/IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. O Patrimônio na França: uma geração de história (1980-2010). In: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; RUOSO, Carolina (Org.). **Museus e Patrimônio: experiências e devires**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2015.

SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo. **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó**. In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos. Brasília: IPHAN, 2011.

SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo. **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Sobral**. In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos. Brasília: IPHAN, 2011.

VELOSO, Marisa. **O Tecido do Tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2018.